



UNICEPLAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO

Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC
Curso de Pedagogia
Trabalho de Conclusão de Curso

**Inclusão de crianças com necessidades especiais na Educação
Infantil**

Gama-DF
2021

PAULA TAINÉ VASQUES FERNANDES

**Inclusão de crianças com necessidades especiais na Educação
Infantil**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Pedagogia do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador (a): Prof (a). Esp., Rennée Cardoso
Coorientador:

Gama-DF
2021

F363i

Fernandes, Paula Taine Vasques.
Inclusão de crianças com necessidades especiais na Educação Infantil. / Paula Taine Vasques Fernandes. – 2021.

41 p. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC, Curso de Pedagogia, Gama-DF, 2021.

Orientação: Profa. Esp. Rennée Cardoso.

1. Crianças com necessidades especiais. 2. Educação especial. 3. Educação infantil. I. Título.

CDU: 370

PAULA TAINÉ VASQUES FERNANDES

Inclusão de crianças com necessidades especiais na Educação Infantil

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Pedagogia do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientadora: Prof (a). Esp., Rennée Cardoso

Gama, 09 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora

Prof. Rennée Cardoso
Orientador

Prof. Natália Maria Sertori Waltenberg
Examinador

Prof. Emanuella Sousa T. Monteiro
Examinador

“Na Educação Inclusiva, não há vencedores e nem vencidos, temos naturalmente educadores, educandos e cidadãos humanizados e plenos vivendo na amplitude de suas possibilidades”

Will Educador

“O objetivo da educação inclusiva não é tornar todas as crianças iguais, e sim respeitar e valorizar as diferenças.”

Andrea Amaral

Dedico este trabalho para a pessoa mais importante em vida, minha mãe que sempre esteve ao meu lado, que sempre me apoiou e acreditou no meu potencial.

Dedico também aos meus irmãos, pai, ao restante da família e aos amigos que durante esta jornada acadêmica esteve ao meu lado, incentivando e se disponibilizando a ajudar de alguma forma.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus pela minha vida, por me conceder saúde, sabedoria e discernimento diante de todas as dificuldades e obstáculos encontrados ao longo do curso.

Um agradecimento especial a minha orientadora Rennée Cardoso, por auxiliar e apoiar com toda paciência e carinho, pela dedicação e disponibilidade em sempre ajudar e estar presente, dando total suporte técnico, me sinto extremamente grata a professora pela compreensão e amizade.

Agradeço as professoras Luciana Bonifacio, Maria Theresa e Flávia Pinheiro que são exemplos de profissionais, que exercem a docência com total amor e carinho, que através de seus ensinamentos se tornaram co-responsáveis pelo meu crescimento não apenas intelectualmente, mas também como ser humana, e por fim, por todo aprendizado e por fazerem parte da minha formação acadêmica.

A minha amada mãe por sempre incentivar, apoiar e estar presente no meu crescimento. Essa mulher guerreira, que sempre foi minha fonte de inspiração, serei eternamente grata por não medir esforços para lutar por mim e pelos meus irmãos.

A minha família e ao meu namorado por toda paciência e amor ao longo desta trajetória.

Aos meus amigos de vida e de curso agradeço pela parceria e incentivo durante a caminhada pelo curso.

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência foi liberadamente mais aceita a partir do século XX no Brasil, tratando-se do acesso de todas as crianças ao ensino regular desde o início de sua vida no meio escolar. A inclusão a partir de creches e da pré-escola é fundamental para uma amplificação no acesso e na continuidade de crianças na Educação Infantil, de forma que se torne estável um sistema educacional inclusivo, com uma aberta aprendizagem para todos. O presente trabalho tem como objetivo geral descrever como se dá a inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular. Utilizou-se uma revisão da literatura realizada por meio de revisão bibliográfica, focado em verificar a importância da Inclusão das crianças com necessidades especiais no âmbito da Educação Infantil, as dificuldades encontradas pelos professores, pela família e pela comunidade social. A inclusão dos alunos com necessidades especiais está em constante transformação e formação no que diz respeito a incluir no ensino regular. As crianças com necessidades especiais ainda encontram muitas dificuldades no meio do caminho, dificuldades essas que podem ser superadas com a colaboração em conjunto da família, da escola e dos professores.

Palavras-chave: Crianças com necessidades especiais; Educação Especial; Educação Infantil; Inclusão.

ABSTRACT

The inclusion of people with disabilities was liberally more accepted from the 20th century on in Brazil, when it comes to the access of all children to regular education since the beginning of their life in the school environment. The inclusion from day care centers and pre-school is fundamental for an increase in the access and continuation of children in Kindergarten, so that an inclusive educational system becomes stable, with open learning for all. The present work has as general objective to describe how the inclusion of students with special needs in regular education takes place. A literature review was used, carried out through a literature review, focused on verifying the importance of the inclusion of children with special needs in the context of Early Childhood Education, the difficulties encountered by teachers, the family and the social community. The inclusion of students with special needs is in constant transformation and training regarding inclusion in regular education. Children with special needs still face many difficulties along the way, difficulties that can be overcome with the joint collaboration of family, school and teachers.

Keywords: Children with special needs; Special education; Child education; Inclusion.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Objetivo geral	12
1.2	Objetivos específicos.....	12
1.3	Problema	12
1.4	Hipótese.....	13
1.5	Justificativa	13
2	REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1	Políticas Públicas voltadas para a inclusão educacional	14
2.2	Acessos e estratégias multidisciplinares na inclusão	18
2.3	Formação dos professores no âmbito da inclusão	22
2.4	Práticas pedagógicas inclusivas na Educação	26
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência foi liberadamente mais aceita a partir do século XX no Brasil, tratando-se do acesso de todas as crianças ao ensino regular desde o início de sua vida no meio escolar. Diga-se que após a segunda Guerra Mundial ocorreu uma condição maior para que todos os deficientes fossem educados para que de certa forma fossem úteis ao mercado de trabalho e ao mercado capitalista, pois em efeito da guerra muitas pessoas ficaram mutiladas (ALVES; PEREIRA FILHO; LEITE, 2019).

Foi elaborada a Declaração dos Direitos Humanos (1994) que ressaltava os direitos dessas pessoas, sendo eles sociais, culturais e econômicas. Essas reivindicações exige que haja uma mudança importante tanto da sociedade, quanto do meio educativo, garantindo o acesso às salas de aulas, sem nenhum tipo de discriminação e exclusão, partindo assim, dos princípios inclusivos (ALVES; PEREIRA FILHO; LEITE, 2019).

A Declaração de Salamanca (1994) é um dos principais documentos que contemplam a inclusão, proporcionando princípios, políticas e práticas no que se refere a educação especial, partindo do princípio de inovação diante da consolidação e garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais inclusivas, incluindo todas as crianças e não partindo apenas daquelas que tem alguma necessidade especial, demonstrando assim, que a educação inclusiva é garantia para todos de forma geral, onde elas devem aprender juntas, e ter total apoio da escola no que se refere a apoio e educação efetiva (OLIVEIRA,2011).

A inclusão a partir de creches e da pré-escola é fundamental para uma amplificação no acesso e na continuada de crianças na Educação Infantil, de forma que se torne estável um sistema educacional inclusivo, com uma aberta aprendizagem para todos. Assim, vem se transformando cada vez mais em uma realidade constante na educação brasileira, o que faz com que o papel da escola seja garantir que os alunos com deficiência, sejam recebidos com respeito, sem nenhum tipo de discriminação e que a mesma valorize as diferenças como fator de enriquecimento do processo educacional, para que sejam alfabetizadas sem nenhum tipo de restrição e que essa aprendizagem seja em conjunto com a gestão da escola, professores e famílias para o processo de construção de conhecimento no ambiente escolar (BRUNO; NOZU, 2018).

A adaptação da criança com deficiência na Educação Infantil para os anos iniciais é essencial para o desenvolvimento da criança quando se trata de incluir o aluno no contexto escolar, ou seja, a educação inclusiva recebe todas as pessoas, sem exceção, sendo crianças com deficiência física, comprometimento mental, superdotados ou com qualquer outra morbidade, sendo importante que as instituições agreguem e busquem se adequar de acordo com as particularidades de aprendizagem de cada criança (PUPO; BEZERRA, 2018).

Para Oliveira (2011) as Políticas Públicas partiriam do pressuposto de inovação, onde sairia do tradicionalismo educacional, onde as crianças ao invés de serem excluídas seriam incluídas, transmitindo conhecimento necessário, com um processo contínuo, a fim de propostas que atendessem a Educação Inclusiva, sendo elas na estruturação e no atendimento de todas as demandas, sendo inclusive de cunho financeiro, em busca da formação inicial e continuada de professores para que abrangessem uma melhor educação.

Conforme ressalta Alves (2018), é necessário investir na elaboração de conhecimentos que desenvolva as práticas pedagógicas inclusivas, assim, o que se busca na inclusão na Educação Infantil, é a valorização das habilidades e competências dos indivíduos, reconhecendo que ele é um ser capaz de transformar e construir sua própria aprendizagem, lhe dando autonomia e ampliando a sua aprendizagem de forma significativa.

1.1 Objetivo geral

Descrever como se dá a inclusão dos alunos com necessidades especiais no ensino regular.

1.2 Objetivos específicos

- Demonstrar acessos e estratégias multidisciplinares na inclusão;
- Abordar a formação dos professores no âmbito da inclusão;
- Apontar práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil.

1.3 Problema

Como ocorre a inclusão das crianças com necessidades especiais na Educação Infantil?

1.4 Hipótese

O principal eixo que deve nortear a inclusão é a formação dos professores e a criação de uma boa rede de apoio entre os alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde (psicopedagogos, psiquiatras, médicos, entre outros), para que os desafios encontrados sejam enfrentados de forma flexível e adequando a prática pedagógica, igualando os direitos e convívio social dos alunos deficientes.

1.5 Justificativa

Compreender a necessidade da inclusão das crianças com deficiência no meio escolar é essencial, de modo que qualifique a educação e agregue os conteúdos pros demais alunos e para os professores, formando uma rede que atenda as necessidades educativas especiais de todos os alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal dos mesmos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O presente trabalho irá descrever sobre a Inclusão das crianças com necessidades especiais, no âmbito da educação básica e na Educação Infantil. Demonstrando a importância das políticas públicas, para que de fato entre em vigor a colocação de todos os sujeitos no sistema educacional sem distinguir suas especificidades e sim para respeitar as diversidades, especificando os acessos e estratégias multidisciplinares que são importantes na inclusão, a relevância da formação dos professores, demonstrando as dificuldades encontradas no caminho e a magnitude que a formação continuada tem no contexto da educação inclusiva e na construção da aprendizagem e das práticas pedagógicas, objetivando todos os eixos norteadores para que se tenham práticas pedagógicas de acordo com a necessidade de cada aluno.

2.1 Políticas Públicas voltadas para a inclusão educacional

De acordo com Uecker, Fiorin e Pavão (2017), em 1973 o Ministério da Educação e Cultura- MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial- CENESP, que teve como intuito a amplificação e avanço no que se refere à Educação Especial. Porém, na época da criação do CENESP, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, enfatiza que não se efetiva uma política pública universal, e sim políticas especiais para pessoas com deficiência, aplicando-se possibilidades de colocação de todos os sujeitos no sistema educacional.

Sobretudo, devido à grande falta de recursos e de estratégias diante dos alunos “excepcionais” que teve um grande aumento, foi criada a Lei nº 5.692/71 (Brasil, 1971), alterando a LDB de 1961, estabelecendo que os alunos com necessidades especiais fossem encaminhados para as classes e escolas especiais, acentuando assim, que no ensino regular formou-se um ensino “clínico”, segregando as instituições especializadas e criando diversas espécies de ensino e instituições (AMÉRICO; CARNIEL; TAKAHASHI, 2014).

De acordo com Bruno (2018, p.2), “uma proposta política não pode ser observada, tocada ou sentida. Ela tem de ser inferida a partir da série de ações e comportamentos intencionais de muitas agências e funcionários governamentais responsáveis por sua implementação ao longo do

tempo”, sendo assim, as Políticas Públicas visam ações que vivem em constantes transformações e se modificam de acordo com a elaboração e implementação de leis, programas, estratégias escolares, entre outros, assim como demonstra a figura de número 1.

Figura 1 – A educação Inclusiva- Linha do tempo



Fonte: includtopia.com.br (2020)

Através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) foram constituídos a acessão de que pessoas com deficiências tenham garantidos conforme a lei, à sua integração na sociedade e na educação, assegurando assim a inclusão de alunos com necessidades especiais, altas habilidades e transtornos globais de desenvolvimento com um atendimento especializado de acordo com suas especificidades. Assim, o artigo 58º diz:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2013).

Tomando o contexto das Políticas Públicas internacionais, foram dispostas a Declaração de Educação para todos (1996) e a Declaração de Salamanca (1994) que proclamou o ato de humanização, de forma em que as diversidades fossem favorecer no ato de educar. Esses movimentos internacionais favoreceram na criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº9394/96, 20 dez de 2016), que tem como objetivo a garantia dos direitos dos alunos com suas respectivas necessidades estudarem no ensino regular, recebendo de acordo com as suas respectivas necessidades de aprendizagem o atendimento educacional especializado (JESUS; VIEIRA, 2011).

A Declaração de Salamanca, implementou no Brasil, uma política democrática, com o objetivo de concretizar o acréscimo de oportunidades para a implantação de políticas inclusivas no ensino básico, objetivando vários tipos de chances para o crescimento dessa classe que era tão marginalizada, aceitando assim, as diversidades, e inserindo essa população no meio educativo e social e garantindo o acesso ao ambiente educacional (SANTOS; DIKSON, 2016).

Nós, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembléia aqui em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados (SALAMANCA, p.1, 1994).

Portanto, a Declaração de Salamanca foi elaborada para ser um documento orientador, criado por autoridades de diferentes países que tem conhecimento reconhecido na área

educacional, em forma e conceito internos para abordar orientações, e significados da educação inclusiva, levando em consideração que a mesma se alia a Educação Especial de forma que se unam em uma única tarefa que diz respeito à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BREITENBACH; HONNEL; COSTAS, 2016).

No que se refere à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva- PNEEPEI (2008), Neves, Rahnne e Ferreira (2019) afirmam, “Esta se apresenta como orientação a estados e municípios, em suas ações, de modo a assegurar o direito de todos à educação regular”, concluindo-se assim, que todos os alunos com deficiência, com transtornos globais e com altas habilidades/superdotação sejam assegurados no que se refere à organização de sistemas educativos inclusivos.

Diante do exposto, A PNEEPEI traz consigo a objetividade de restaurar o Atendimento Educacional Especializado- AEE que aborda a temática da visibilidade e concretização da perspectiva inclusiva, sendo um grande elo articulador complementar, assegurando aos alunos a especialização dos professores, espaços, e garantindo recursos necessários para atender as necessidades específicas de cada aluno que necessite deste atendimento, ou seja, a AEE unindo-se a PNEEPEI articula meios que ajudem na concretização da Educação Inclusiva, alinhando as necessidades dos alunos com o ambiente em que será inserido (NEVES; RAHNNE; FERREIRA, 2019).

É segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB (1996) que se concretiza a Política Nacional de Educação Infantil, garantindo a igualdade diante dos direitos da primeira etapa da educação básica, sendo ela a Educação Infantil, tendo como alvo o desenvolvimento integral de todas as crianças, do nascimento aos seis anos, assim abordando juntamente a inclusão de todas as crianças com necessidades inclusivas, afirma Bruno (2008). O autor ainda reitera que, “a LDB trouxe como responsabilidade dos sistemas municipais de educação a estruturação e organização de creches (0-3anos) e pré-escola (4-6anos), hoje cinco anos, mediante apoio financeiro e técnico dos estados e da União” (BRUNO, 2008).

Contudo Oliveira (2011, p.7) ressalta, “as Políticas Públicas em favor da educação especial, quando fazemos uma comparação no que diz respeito, à atenção atribuída as questões relacionadas a educação dos mesmos , percebemos sua grande contribuição”, partindo do princípio que seja no âmbito educacional, social ou político é necessário não haver julgamentos e sim crer que todas as pessoas com qualquer diversidade deve ter seus direitos e deveres

respeitados, objetivando o “novo”, ou seja a educação Inclusiva é um novo conjunto de métodos que associados as políticas publicas, precisam do trabalho de todos, com vontade e ação, para que de fato a inclusão seja um grande progresso.

Portanto, as políticas de inclusão agem contrariando as expectativas, trazendo um novo educar pra educação básica, o que antes era visto como uma estruturação que iria excluir ao invés de incluir, que iria demonstrar mais as desigualdades e diversidades, demonstrou ser muito mais do que isso, estabeleceu um novo elo, onde diversificar é também aprender, reestruturando o direito das crianças e de suas famílias, tirando do papel e colocando em prática tudo aquilo que a lei denomina e reitera, ressaltando ainda que para se concretizar uma política inclusiva a relação da sociedade com as diversidades devem agir positivamente e não negativamente (ANJOS; SILVA; SILVA, 2019).

2.2 Acessos e estratégias multidisciplinares na inclusão

A Constituição Federal de 1988 objetiva que a educação é um direito de todos os indivíduos e um dever do Estado juntamente com a família, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica que atende crianças de até 5 anos e 11 meses de idade, ofertada de forma gratuita em creches e pré-escolas, sendo importante nesta fase que elas possam praticar e aprender com situações reais, sendo assim, o ponto inicial do processo educativo, com a perspectiva que a criança desenvolva integralmente seu emocional, cognitivo, intelectual e físico através do cotidiano escolar, visando dar total autonomia, autodomínio e confiança, para que consigam transmitir seus conhecimentos e suas aprendizagens (LOCATELLI, 2019).

Para que a educação especial seja de fato uma realidade na Educação Infantil, as escolas passam por diversos desafios, sendo elas a padronização do ensino e a homogeneidade dos conteúdos, demonstrando que as práticas pedagógicas são abstratas, que vai além da realidade e que demonstra a diversidade da infância. No entanto, é necessário que as propostas pedagógicas se encaixem nesses eixos com o intuito de investigar as necessidades educacionais das crianças com necessidades especiais, sendo essencial a permanência na Educação Infantil, pois é com a presença dessas crianças que iremos buscar por avanços na construção de conhecimentos e na formação de políticas públicas, assim, é evidente que os métodos ao estímulo dentro das instituições são essenciais e contribuem para que as crianças ultrapassem suas limitações, sendo

elas sensoriais, físicas ou cognitivas, portanto, ao entrar na Educação Infantil as crianças com necessidades especiais trará uma nova realidade, que irá se consolidar e transformar essa trajetória da exclusão no contexto escolar, em algo que aborde as necessidades e as diferentes condições humanas (ALVES, 2018).

De acordo com Mendes; Galvani (2017, p.2), “com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, o acesso educacional para crianças com deficiência deve ter início na Educação Infantil, a qual visa o desenvolvimento global das mesmas”, diante do exposto é nesta etapa que a convivência com outras crianças motivam ao respeito e as diversidades dos alunos com necessidades especiais.

Segundo Almeida (2018), o convívio dos alunos com necessidades especiais com outras crianças da mesma faixa etária é necessário para sua aprendizagem e formação da personalidade, sendo importante que a inclusão no meio escolar se inicie desde a Educação Infantil (primeira infância), para que busque colocá-las em ambientes que tragam diferentes abordagens que não vivenciem no ambiente familiar, por isso, é essencial que seja abordado o tema para que todos da comunidade possa se inteirar do assunto, sabendo lidar com várias situações cotidianas, dentro e fora do contexto escolar, sendo essa abordagem conclusiva para que o aluno com necessidades especiais seja inserido e tratado de forma natural na escolarização.

Na mesma perspectiva Alves (2018) afirma, “as crianças constroem experiências de cooperação ao longo dos seus processos de aprendizagem”, levando em conta que os alunos com necessidades especiais também fazem trocas de experiências e saberes contribuindo para a aprendizagem e socialização, sendo essa vivencia fundamental para o desenvolvimento e crescimento dos mesmos.

Na educação de crianças com necessidade especiais é necessário que a escola aborde um meio de socialização, com o intuito de inserir os alunos no meio social, possibilitando um ambiente que conduza o desenvolvimento intelectual e afetivo, proporcionando uma aprendizagem diferenciada com as pessoas que a cercam. Além disto, o professor é peça fundamental nesse desenvolvimento, pois é ele que irá buscar meios de inserir esses alunos no meio escolar e, conduzir as diversas estratégias de ensino que ofereça uma educação que exceda suas diversidades e que busque a atenção de todos independente das suas dificuldades, para que suas aprendizagens lhe dêem total autonomia (ALMEIDA, 2018).

Figura 2- O direito de ser vista como qualquer outra criança



Fonte: lunetas.com.br (2020)

Atualmente podem-se notar mais presentes nos ambientes escolares, crianças que antes eram de alguma forma excluídas tendo a oportunidade e o direito de ser vista dentro da instituição como qualquer outra pessoa (figura 2). Essa fase das crianças com necessidades especiais na Educação Infantil normaliza as descobertas e experiências das mesmas, sendo válida para a construção de suas particularidades e personalidades, pois a escola se torna um local protetor, agradável, afetuoso e seguro, que busca valorizar as originalidades das crianças, que ao desenvolver as atividades, diferenciem as realidades de cada um, valorizando assim a personalidade de cada para que a aprendizagem seja de fato válida (LOCATELLI, 2019).

Foi criado um estudo que descrevia como estava sendo feita a inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas de Educação Infantil, visando analisar como eram feitas as inserções dentro do sistema escolar e na sala da aula, de forma que demonstrasse se de fato esses alunos eram analisados e se o sistema escolar realmente fazia a inclusão, o que foi demonstrado, no entanto, foi à total falta de preparo, zero condição de aprendizagem e a demonstração que as práticas não se encaixavam na legislação, perante a isto, foi ressaltado que a inclusão escolar só é realizada e significativa quando feita de acordo com as necessidades e especificidades de cada aluno, proporcionando uma aprendizagem eficaz, afirmam Mendes e Galvani (2017).

O papel da escola no desenvolvimento de atividades educacionais voltadas para este tema é a formação integral do estudante que se estabelece através do contato (interação) com outros alunos e da cultura a qual está inserida, ofertando a preparação de ofertar oportunidades de

integração para que as crianças com necessidades especiais se insiram no contexto educacional e social (ALMEIDA, 2017).

Seguindo essa análise Mendes e Galvani (2017) afirmam que, para se conseguir uma educação de qualidade as escolas inclusivas devem formular propostas que favoreçam as dificuldades encontradas de seus alunos, analisando e adaptando o planejamento, garantindo modos e ritmos de aquisição do saber, para que se obtenha a construção de uma escola com boa qualidade, moldando as práticas pedagógicas juntamente com toda a equipe da instituição, para que o aluno se sinta a vontade e tenha entendimento ao processo de ensino e aprendizagem.

Nessa mesma concepção Locatelli (2019, p.4) afirma, “A escola que tem em sua política a proposta de inclusão e a realiza, é reconhecida como uma escola inclusiva não apenas para a criança com deficiência, mas para toda a sociedade da qual faz parte”, objetivando assim que a escola quando faz um bom acolhimento, a criança se sente mais a vontade e explore mais seus conhecimentos o que faz com que se reconheça pertencente a esta instituição, sendo assim, os alunos com necessidades especiais tem um maior desenvolvimento quando estimulado, o que transfere não só a ele, mas também a todo o meio social que está inserido pontos positivos na inclusão.

Para que a escola e a sala de aula seja um ambiente familiarizado e não convencional é válido que o professor faça parte desta doutrina, relacionando sua disciplina e seu modo de intervenção, relacionando o espaço escolar como um local de acesso harmonioso, acolhedor, para que as crianças com necessidades especiais se sintam à vontade para conviver com outras pessoas, trocar experiências e conhecimentos, essa transformação ajuda o discente a ter um olhar crítico diante das situações, com a finalidade de que o educando aprenda e se desenvolva adequadamente diante das modificações realizadas entre o professor e a escola diante das propostas inclusivas (NASCIMENTO; CRISTOVÃO, 2018).

Sendo assim, é de extrema importância a relação entre a família e a escola, para que juntos busquem tornar estável esse comprometimento em prol das crianças, pois a inclusão vem se tornando cada vez mais presente nos dias atuais, o que favorece essa união em busca de prover uma melhor condição de aprendizagem para estes estudantes, bem como ultrapassar as barreiras existentes e reconhecer a realidade que vivenciam (LOCATELLI, 2019).

De acordo com Anjos, Silva e Silva (2019), “não há dúvida que a formação de profissionais da educação que prime para uma escola para todos, portanto inclusiva, deva

possibilitar a desconstrução do olhar homogeneizante sobre as crianças e as infâncias”, é necessário que os professores ao procurarem por formações, não se limitem em apenas as focalizadas na inclusão, como educação especial, e sim em disciplinas que foquem no contexto geral. Os autores ainda afirmam que, “a formação de professores tem sido um campo de investimentos precários por parte dos governos, seja na formação inicial ou na continuada”, pois muita das vezes não é uma aprendizagem eficaz que busca ser sólida, sendo necessárias mais buscas por melhorias, e não segregando a aprendizagem já adquirida pelos docentes em busca de inovação e evolução no que se trata da educação inclusiva (ANJOS; SILVA; SILVA, 2019).

2.3 Formação dos professores no âmbito da inclusão

Para Aguiar, et al.(2018), “os profissionais da educação necessitam de uma visão mais ampla em relação às possíveis conquistas da criança com deficiência, entendendo que a sua postura será um grande agente influenciador dessas conquistas”, sendo assim precisam usar do estímulo para fazer com que esses alunos vivenciem uma aprendizagem contínua diante de cada fase, sendo de total importância o papel do professor como estimulador.

Perante a atualidade é importante que o professor busque sempre se aperfeiçoar, se capacitar com especialização, com estudos que abordem o tema da inclusão, com finalidade de obter confiança em si mesmo, assim como demonstra a figura 3, para ultrapassar os obstáculos presentes no dia a dia e saber agir ao desenvolver atividades com as crianças, portanto é necessário que o professor facilite a socialização desses alunos, de forma em que a interação com os outros ajude nos progressos de aprendizagem, por fim, o professor necessita fazer essas observações de uma forma que ajude na formação do estudante (ALMEIDA, 2017).

É necessário que os professores como norteadores estejam preparados para buscar novas técnicas, abordagens e formação contínua para que de fato ocorra a preparação necessária com a finalidade de obter um ensino de qualidade que envolva a didática e a metodologia de ensino, de modo que estruture esse professor a ser seu próprio mediador, buscando sempre por inovação e trocas de experiências, por meio da vivência com outros profissionais da área (AGUIAR, ET al, 2018).

Figura 3- Capacitação do Docente



Fonte: barcelonasuperficies.com.br (2017)

É compreendido como ensino colaborativo, a proposta de serviço oferecido pela Educação Especial juntamente com os professores do ensino regular que buscam importantes estratégias para que a inclusão escolar seja incluída no planejamento com as responsabilidades de instruir, planejar e avaliar, com o intuito de que o professor compreenda e reforce suas atribuições de acordo com o seu trabalho e com os de outros profissionais do mesmo segmento, visando a importância do trabalho em equipe, essa temática visa proporcionar uma ampla visão das necessidades de cada aluno para que os profissionais compreenda e proporcione maiores condições de aprendizagem para essas crianças (MENDES; GALVANI, 2017).

De acordo Nascimento e Cristovão (2018), “O discente deve ser preparado para lidar com as diferenças, com singularidade, diversidade e individualidade de todas as crianças, saber refletir sobre a aprendizagem de cada aluno, mas no todo, porque todos necessitam aprender juntos”, demonstra a importância da formação continuada do professor em adquirir uma abordagem diferenciada de acordo com a educação inclusiva, com suporte pedagógico e práticas inclusivas que consista em exercer o uso da ludicidade, da criatividade e da criticidade diante de todos os alunos, para que se obtenha de fato uma formação consistente.

O professor é peça chave no que diz respeito à inclusão na fase de escolarização da Educação Infantil, pois como já abordado anteriormente, ele irá buscar constantes observações, questionamento e ações, a fim de estabilizar a inclusão com a convivência e valorização da relação entre o professor e o aluno, afirma Locatelli (2019). Contudo, para que o professor tenha esse domínio dentro de sala de aula é necessário que amplifique as aprendizagens em relação aos recursos e estratégias do trabalho com a diversidade, beneficiando as suas próprias habilidades em torno do ensino aprendizagem voltadas aos participantes da inclusão, é nesse momento que o professor irá valorizar o trabalho pedagógico que pretende não excluir e sim incluir, agregar, acolher e acrescentar na vida dessas crianças, proporcionando uma educação de qualidade não só aos seus alunos da inclusão, mas sim a todos os alunos presentes na instituição (NOZI; VITALIANO, 2017).

Sobretudo Araujo (2017, p.11) analisa, “faz-se necessário a garantia de formação inicial e continuada, tempo de interação e planejamento conjunto aos professores que trabalhem com alunos com deficiência, bem como a todos os profissionais da unidade escolar”, ele aborda a necessidade de atuação da Educação Especial em dar o suporte necessário que a escola precisa para atender as diversidades de seus educando, contribuindo para uma aprendizagem satisfatória e buscando que a escola inclusiva é um espaço para todos.

Assim, de acordo com Nascimento e Cristovão:

Temos assim que esse tipo de formação para a educação básica, pretendem formar professores reflexivos, inclusivos, que sejam capazes de trabalhar com situações individualizadas ou grupos incluindo os alunos com deficiência. Para isto, os educandos na sua formação devem ter acesso às atividades práticas inclusivas (Nascimento; Cristovão, p.4, 2018).

Os cursos de formação inicial dos professores devem ressaltar a importância da teoria e da prática em conjunto com o papel da escola e da atuação dos professores, pois é através deste contexto que devem se pensar em uma Educação Inclusiva, ofertando uma pedagogia comum e de acordo com as necessidades de cada educador. Mesmo sendo um eixo principal dos debates educativos no Brasil, os cursos de formação inicial priorizam uma melhoria e qualificação na Educação Brasileira, assim como afirma Castro e Alves (2018):

As discussões sobre os cursos de formação inicial de professores vêm ocupando o centro dos debates educativos no Brasil. O assunto é prioridade, pois é indispensável para a

melhoria da qualidade da Educação de nosso país e requer mudanças significativas nas políticas de formação, especificamente nos cursos de licenciatura que apresentam muitas limitações e distanciam o que preconizam os documentos oficiais como a LDB 93/94/96, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Constituição Federal de 1988, dentre outros documentos referenciais da nossa atual realidade (Castro; Alves, p.3, 2018).

Nota-se então, que o professor tem um papel essencial no que diz respeito ao atendimento dos alunos com necessidades especiais, pois devem ter habilidades e domínios para captar os conhecimentos já adquiridos pelos alunos, as suas reais necessidades, para fazer a elaboração de atividades, jogos, adaptações (sejam elas para provas ou qualquer outra atividade) de modo que o aluno se sinta incluído, fazendo assim com que as práticas pedagógicas sejam proveitosas assim como o planejamento proposto pela professora (o) e em questão do aprimoramento dos alunos (SANTOS, 2019).

Muitas vezes a falta de conhecimento, de suporte vindo da rede de ensino reitera a negatividade do professor em lidar com alunos com necessidades especiais, isso porque retira o processo da construção de uma escola inclusiva, sendo importante que seja feita uma reestruturação no ambiente escolar para que se idealize e dê total suporte aos educandos, efetivando e enfatizando as condições necessárias dos professores para que façam o seu trabalho de forma correta e conscientizada juntamente com toda a comunidade (SOUZA; PLETSCHE, 2018).

Faz-se necessário que a atuação do professor seja de um mediador no processo de ensino-aprendizagem, para que promova os “saberes”, saindo da visão do tradicionalismo e oportunizando novos meios de ensinar e de aprender, contudo Castro e Alves (2018, p.8) afirmam, “os professores devem constituir um planejamento didático-pedagógico que privilegie estratégias de ensino que oportunizem condições de aprendizagem ao seu alunado desenvolvendo-os de forma integral: aspectos físicos, cognitivos e afetivos”.

O investimento na formação continuada do docente deve ocorrer diante da condição de trabalho e da valorização profissional, sendo o papel do mesmo essencial no que se refere ensino-aprendizagem no meio social, diante disto, Silva (p.47, 2017) enfatiza:

Valorizar o trabalho docente significa promover condições para que os professores possam analisar e compreender os contextos histórico-culturais e organizacionais que fazem parte da sua atividade docente, e alertam que suas atribuições ultrapassam o plano individual, sendo necessário construir coletivamente caminhos institucionais para enfrentar os desafios e serem capazes de transformar as lógicas de ensino, tanto no âmbito da escola quanto no âmbito da elaboração de políticas educacionais. Pondera-se que a formação docente não pode sozinha mudar a sociedade ou os sistemas de ensino,

essa mudança acompanha uma formação/transformação mais ampla e profunda (SILVA, P.47, 2017).

2.4 Práticas pedagógicas inclusivas na Educação Inclusiva

É através do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) que o professor irá abordar suas práticas pedagógicas, pois cada aluno tem suas especificidades e anseios, é importante que o professor procure saber mais sobre os alunos, conheça suas dificuldades, gostos, culturas, o que traz segurança para os mesmos, sendo o trabalho do educador realizar a criação das atividades levando em consideração as particularidades de cada um, sendo esse processo de cunho individual respeitando as diferenças e singularidades de cada um (BRITO; TEIXEIRA, 2020).

De acordo com Santos e Gomes (2021, p.5), “quando se pensa em práticas pedagógicas inclusivas em um ambiente escolar parte-se da idéia de que o sistema de ensino, a escola e os docentes, oferecerão, à pessoa com deficiência, diversas maneiras de flexibilização de rotinas e currículos”, portanto se faz necessário que o professor contribua nestas práticas pedagógicas de forma que seja o mediador da socialização dos mesmos com ações e atitudes.

Oliveira (2011, p.7) ressalta que, “durante muito tempo a prática educacional da pessoa com deficiência, exigia ou requeria um sistema educativo paralelo e na maioria das vezes marginalizado”, pois quando o aluno portador de deficiência não conseguia se incluir no sistema educacional ou aderir aos padrões exigidos era excluído do meio escolar e da sociedade, porém com a chegada da contemporaneidade mudaram-se bastante sobre a inserção dos mesmos, visto que inclusão teve um novo alcance, novos olhares, métodos renovados, um novo educar que reestruturou o meio social, inserindo estes alunos nas escolas de ensino regular e em salas regulares.

As Práticas Pedagógicas educacionais vivem em constante mudança para que de fato sofra alterações que possam garantir os direitos das pessoas com necessidades especiais na perspectiva da inclusão, objetivando a promoção de uma aprendizagem que possam atender suas particularidades, porém, na atualidade ainda se encontra muitas dificuldades para que as práticas pedagógicas se idealizem (PACHA; FERRUGINE, 2020).

Para que de fato seja uma escola inclusiva, as práticas pedagógicas devem possibilitar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes portadores de necessidades especiais, assim o

professor deve proporcionar estratégias para que essas práticas se idealizem, Ferreira e Porto (2020) acreditam em alguns métodos que auxiliam nestas práticas, sendo elas “a organização da sala de aula, enquanto espaço educacional, os materiais necessários para a garantia do processo de ensino e aprendizagem adequado à realidade dos estudantes, os recursos visuais, as discussões em grupos, apresentação de seminários, o uso da internet, dentre outras opções de estratégias (FERREIRA; PORTO, 2020).

Em se tratando de planejamento é importante que os docentes usem de maneira centrada e cooperativa, contemplando as etapas educativas de cada aluno, para que de fato as ofertas curriculares auxiliem nas práticas pedagógicas, o que ampara o aluno em seu desenvolvimento educacional, respeitando suas diferenças e diversidades e ressaltando um olhar sensível, observador e atento as suas individualidades, por isso é importante um atendimento individualizado de acordo com suas especificidades (SANTOS; GOMES, 2021). Os autores também ressaltam que:

Em se tratando do atendimento aos alunos com deficiência é necessário um olhar sensível de ações e recursos pedagógicos de Tecnologia Assistiva oferecidos pelo professor, tais como o uso de tesoura adaptada, materiais de madeira (maior consistência ao segurar), fantoches com personagens para ilustrar uma atividade, histórias infantis, uso da comunicação alternativa e ampliada (cartões, pranchas, pastas com fotos de diversos ambientes representando situações da vida diária da criança, entre outros). Além de introduzir a tecnologia de pranchas vocálicas e computadores com sistema de voz (SANTOS; GOMES, p.5, 2021).

Vale ressaltar a importância do uso do lúdico no planejamento das aulas, o uso de jogos e brincadeiras auxilia no convívio social, gera momentos de descontração, sendo elas alegres e atrativas, gerando uma aprendizagem mais prazerosa e eficaz e obtendo com êxito a participação dos alunos, sendo eles portadores de deficiência ou não. O planejamento traz consigo uma maneira correta de se tentar oferecer ao aluno uma aprendizagem com bons resultados, contribuindo com as práticas pedagógicas dos docentes (BRITO; TEIXEIRA, 2020).

Os ambientes educacionais devem partir de seus Projetos Políticos Pedagógicos proporem práticas que trabalhe de acordo com as possibilidades de aprendizagem de cada educando, valorizando o planejamento flexível, a inclusão escolar requer mudanças “desde a ação do professor em seus espaços de trabalho, ou seja, o fazer pedagógico até a proposta de reformulação da política educacional brasileira” Castro e Alves (2018, p.5), esses processos são de extrema relevância para que se recriem novos modelos educacionais que supere e valorize as

capacidades dos educandos da educação inclusiva e de suas práticas pedagógicas, por isso é importante que os governantes sigam e respeitem as políticas públicas inclusivas.

FIGURA 4- O MEIO DA APRENDIZAGEM



Fonte: diversa.org.br (2020)

Assim como demonstra a figura 4, as práticas pedagógicas para que sejam conclusivas para a aprendizagem é importante que se agregue todos da comunidade escolar e de todos que fazem parte dela, do interesse da comunidade, sendo assim, não é só papel da escola buscar por práticas educacionais inclusivas e sim também dos familiares, da participação dos mesmos em incentivar e explicar o contexto educacional que lhe foi oferecido, sendo assim, é essencial o trabalho em conjunto entre todos que estão redor dos alunos portadores de necessidades especiais (FERREIRA; PORTO, 2020).

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O presente trabalho trata-se de uma revisão da literatura, realizada por meio de revisão bibliográfica, focado em verificar a importância da Inclusão das crianças com necessidades especiais no âmbito da Educação Infantil, as dificuldades encontradas pelos professores, pela família e pela comunidade social. De acordo com Batista e Kumada (2021), a pesquisa bibliográfica é caracterizada por registros antigos que foram desempenhados anteriormente por estudos publicados em livros, artigos científicos, teses, revistas e dissertações, tendo como função disponibilizar o suporte necessário ao pesquisador para compreender estipulado tema ou problema.

A presente pesquisa teve como pergunta problema: Como ocorre a inclusão das crianças com necessidades especiais na Educação Infantil?

Foram utilizados como critérios de inclusão para análise e apresentação de dados, os trabalhos referentes ao assunto em acervos de bibliotecas *on-line*, periódicos e sítios do Ministério da Educação publicados entre 2017 e 2021, em Língua Portuguesa e publicados na íntegra e gratuitamente. Como critérios de exclusão aqueles publicados em *blog*, fórum ou que não tiveram embasamento na pesquisa e publicados em anos abaixo do ano 2017 que não esteja disponível na íntegra ou de forma gratuita.

Para a coleta de dados foram utilizadas as bases: Biblioteca Virtual do Ministério da Educação (MEC), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e as seguintes Revistas: Revista Expressão Católica, , Revista Ibero- Americana de Estudos em Educação, Revista Diálogos e perspectivas em Educação Especial, Revista Educação Especial, Revista Educação, artes e inclusão; entre outras.

A organização da presente revisão ocorreu entre agosto e outubro de 2021, proporcionando direcionamento para a pesquisadora em relação ao assunto abordado, a fim de que pudesse formular hipóteses na tentativa de busca de resolução de problemas frequentes relacionados à pesquisa em estudos anteriores.

Foram selecionados 15 trabalhos referentes ao tema, publicados entre os anos de 2017 e 2021, sendo 14 artigos científicos e 1 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), além de legislação sobre a Política Nacional de Educação Especial.

De posse das publicações, iniciou-se a leitura e triagem dos textos, ou seja, partiu-se para análise e interpretação do material de acordo com o tema escolhido, sendo selecionados enfim, para os resultados e discussão da pesquisa 46 publicações. Após este ter sido organizado e categorizado em áreas temáticas, iniciou-se a redação, desta forma, culminando o ciclo da pesquisa de revisão bibliográfica.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A educação é um direito de todos os alunos, tendo em vista se têm necessidades especiais ou não, diante disto, é importante que a Educação inclusiva na Educação Infantil seja um dever de todos, para que juntos busquem acabar com a exclusão no ambiente educacional, com o propósito de produzir e oferecer novas condições de espaços e de inclusão no meio escolar, ocasionando a inclusão de forma geral de crianças que tem algum tipo de dificuldade na hora da aprendizagem e não apenas de crianças que apresentam alguma deficiência (mental, visual, auditiva, físico-motoras, etc.), valendo assim, para todos os níveis de ensino (SILVA; COSTA, 2020).

Dessa forma Santos e Almeida (2017) entendem que a preparação da escola, a acessibilidade e a formação dos professores são indispensáveis para que a integração das crianças com necessidades especiais aconteça de forma crescente, pois ainda são encontradas muitas escolas infantis despreparadas, que não tem o auxílio dos familiares (por não aceitarem) dificultando o trabalho pedagógico, diante do exposto os autores reconhecem que falta para os professores uma formação continuada, e a procura pela inovação. Para Rosa (2020, p.4) “as redes de ensino não disponibilizam estrutura adequada, para que os professores possam realizar um bom trabalho quando se trata de escola inclusiva”, sendo assim a instituição de ensino só será reconhecida como inclusiva quando houver o favorecimento de todos os alunos, independentemente de suas culturas.

Ressalta-se que a escola inclusiva é um ambiente para todos, o que leva em consideração abordar o tema de forma contextualizada nos cursos de graduação, para que as diferentes especificidades educacionais especiais e das necessidades de uma escola, dêem continuidade do que já foi visto de alguma forma dentro da formação continuada (ARAUJO, 2017).

Vale destacar que a Declaração de Salamanca (1994), refere que os professores com o apoio da instituição de ensino, de toda a comunidade escolar e com as políticas públicas inclusivas, o processo de inclusão se torna mais fácil e prazeroso, dessa forma, Marques e Marcotti (2017) afirmam que não basta ser apenas um professor formado em pedagogia, necessita também ter uma formação continuada, uma especialização na área da educação inclusiva ou especial, de modo que colabore nas interpretações dos currículos de cada aluno e saiba como integrar esses alunos dentro da sala de aula regular.

No entanto Franco e Gomes (2020, p.3) salientam que “é inaceitável, ainda que professores apliquem os mesmos métodos e a mesma linguagem para a turma toda e considerem que todos os alunos aprendem da mesma forma e ao mesmo tempo”, pois no que se referem à educação inclusiva todos são aprendizes tanto professores quanto alunos.

Como diz Pupo e Bezerra (2018), o trabalho em conjunto é essencial para a Educação Inclusiva, pois é por este motivo que as práticas pedagógicas aprimoram o planejamento didático dos professores da Educação Inclusiva e da Educação Infantil, beneficiando a inclusão no ensino regular; Em concordância Almeida (2018) destaca que inserir as crianças com necessidades especiais no ambiente escolar ajuda no desenvolvimento de interação com as demais crianças, favorecendo na parte educacional e emocional.

Para Aguiar, et al.(2018) e Pereira e Pimentel (2020) a escola busca nortear as práticas pedagógicas, de forma que estimule os alunos, tomando partido para que todas as crianças inclusivas sejam respeitadas e acolhidas no cenário educativo, ressaltando que a aprendizagem seja integradora e que agregue para garantir um ensino de qualidade não só para a inclusão, mas para toda comunidade escolar, portanto, a escola inclusiva oferece uma convivência entre as crianças que efetiva uma qualidade de vida, de empatia e de socialização. As competências adquiridas através dos colegas nos espaços inclusivos motivam mais a inserção social dos alunos com necessidades especiais

Dessa forma Neto et al. (2018) entendem que as competências adquiridas através dos colegas nos espaços inclusivos, motivam mais a inserção social dos alunos com necessidades especiais, demonstrando que a inclusão busca enfrentar as dificuldades do dia-a-dia através da interação das crianças, tornando um ambiente mais produtivo, com mais possibilidades de aprendizagem, respeitando as diversidades independentemente de quais são elas.

A inclusão deve ter início ainda na Educação Infantil em um ambiente que possa oferecer aos alunos com necessidades especiais um espaço que lhe dê condições de se desenvolver como um cidadão com direitos e deveres a partir da mais jovem idade, o que trará como benefício uma geração livre de preconceito e que respeite todas as diferenças, afirma Salto e Carneiro (2019). Maekawa e Santana (2020, p.11-12) analisam “apesar de reconhecida como etapa essencial no processo educativo, percebemos que a Educação Infantil trava uma batalha na dualidade pedagógica entre o cuidar e o educar”, logo que ao constituir um para predominar torna o cuidar

assistencial demais e o educar como uma fase preparatória para os demais segmentos o que faz com que o objetivo principal que é o desenvolvimento integral da criança seja esquecido.

Percebe-se então que é na mais tenra idade que as crianças com necessidades especiais ou não devem ter total acesso à sala de aula regular, pois é através dela que as mesmas poderão se integrar, interagir, e se socializar com os demais colegas, o que faz com que esse meio de socialização ajude não apenas no que diz respeito à interação, mas sim no desenvolvimento da criança de acordo com suas especificidades sendo elas motoras, cognitivas ou intelectuais, porém ainda se faz notório a exclusão de alunos com necessidades especiais no meio social em que está inserido, vale salientar para que isso não aconteça à importância da integração da criança na Educação Infantil (ZIESMANN E THOMAS, 2020; SILVA E KLUMPP, 2020; MAEKAWA E SANTANA, 2020).

Vale ressaltar que “a socialização ocorre em meio às desvantagens, de qualquer maneira que seja promovida, porque ainda há uma tensão gerada pelas diferenças sociais e/ou biológicas entre os sujeitos” objetivando assim que as dificuldades encontradas no meio social decorrem através de terceiros que acreditam que as crianças com necessidades especiais são incapazes e ineficientes, o que gera a falta da socialização, por isso é importante o ingresso desses alunos para a construção da aprendizagem juntamente com a ajuda dos responsáveis, da escola, dos professores para que de fato essa socialização aconteça (SALTO; CARNEIRO, p.2, 2019).

Dessa forma Aguiar, et al (2017), Pereira e Pimentel (2020) e Ziesmann e Thomas (2020) acreditam que a socialização dentro do espaço escolar trará mais qualidade de vida a criança na perspectiva inclusiva, e desafiará as práticas pedagógicas fazendo com que as mesmas desenvolvam um novo conceito de aprendizagem juntamente com o uso das novas tecnologias, potencializando o processo de cada aluno em aprender.

No entanto Ziesmann e Thomas (2020) ainda ressaltam que atualmente não é apenas em um espaço escolar que a criança com necessidades especiais aprende, é um contexto que vai além da sala de aula, fazendo com que se repense sobre as práticas pedagógicas que precisam ser desenvolvidas, e assim rompendo o paradigma da aprendizagem em um único ambiente, portanto, é importante a participação da família e das demais pessoas que estão inseridas no processo de aprendizagem dessas crianças fora do espaço escolar.

Na atualidade percebe-se então que não é apenas em um espaço escolar que a criança com necessidades especiais aprende, é um contexto que vai além da sala de aula, fazendo com que se

repense sobre as práticas pedagógicas que precisam ser desenvolvidas, e assim rompendo o paradigma da aprendizagem em um único ambiente

Nessa direção, Silva e Klumpp (2020, p.7) afirmam que “estando a escola e a família envolvidos diretamente no processo de construção de desenvolvimento da criança, em harmonia, no que diz respeito à compreensão e afetividade, poderá levar a criança ao caminho do sucesso escolar”, diante disto é importante refletir que o primeiro passo para que as crianças sejam inseridas na sociedade deve partir dos responsáveis, pois “é na família que deve começar a elucidação do estigma da pessoa com deficiência”, dessa forma, quando a escola e a família se unem a fim que a inclusão seja de fato inserida na sociedade, se tornam transmissoras da construção dos conhecimentos, desencadeadora dos processos de evolução dessas crianças diante de suas adversidades.

A partir das falas dos autores, afirma-se “por isso, principalmente na educação infantil, é fundamental que há uma interação positiva entre a família e escola, de modo que a cooperação entre ambas possibilite condições que favoreçam o desenvolvimento da criança”, portanto fica visível que a família tem o primeiro papel como um local de relacionamento e de aprendizagem e já a escola fica com o segundo papel que é de inserir as crianças no meio social e de vigorar a transformação desses alunos com necessidades especiais (SILVA; KLUMPP, 2020, p.7).

Diante do exposto Bezerra escreveu dois artigos (2020 e 2021) que falam sobre a Política Nacional na perspectiva de Educação Inclusiva (2008), expõe a implementação dessa Política, de modo que diz, que nem sempre ela está sendo feita da forma da teoria, onde não temos muito sucesso na desenvoltura da inclusão escolar, ficando nítido os vários problemas encontrados, perante aos professores a escola e a comunidade escolar, ele ressalta a falta de infraestrutura, de profissionais que dê suporte e apoio aos professores, da formação continuada dos professores (ou seja, oferecer cursos, formações de profissionais para a área da Educação Especial e Inclusiva), ele ainda avalia que é extremamente necessário uma mudança nestas políticas para que de fato a inclusão seja inserida e aceita pela sociedade.

A Política Nacional de Educação Especial- (PNEE) teve uma alteração no ano de 2020, a nova reformulação visa ser “equitativa, inclusiva e com aprendizagem ao longo da vida”. A Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao longo da vida (2020) pretende ampliar o atendimento especializado, partindo do princípio de que toda escola deve ser inclusiva sendo ela pública ou privada, e firmando que a união da Educação

Especial e da Educação Inclusiva garante além do atendimento especializado, um acesso mais amplo das crianças e dos adolescentes (de 4 a 17 anos) com necessidades especiais no âmbito da Educação Básica, garantindo assim, um sistema educacional inclusivo.

Outra importante proposta que na antiga política não tinha, foi o direito da família em escolher entre o ensino regular inclusivo, ensino especial ou escola bilíngues de surdos, o texto ainda afirma que falta muito para que a inclusão tenha um grande avanço, pois falta infraestrutura, formação continuada dos professores, materiais pedagógicos adequados, acessibilidade, entre outros. Portanto, a nova política traz a importância do fortalecimento da mesma, para que de fato as propostas e os direitos destes alunos inclusivos se concretizem (BRASIL, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão dos alunos com necessidades especiais está em constante transformação e formação no que diz respeito a incluir no ensino regular. As crianças com necessidades especiais ainda encontram muitas dificuldades no meio do caminho, dificuldades essas que podem ser superadas com a colaboração em conjunto da família, da escola e dos professores.

A educação continuada dos professores voltada para a Educação Inclusiva é de extrema importância no que diz respeito às necessidades dos alunos e suas aprendizagens, sendo importantes as amplificações das aprendizagens em relação aos recursos e estratégias de trabalho, sendo eles trabalhados com a diversidade. O docente precisa buscar sempre pela inovação e inserção desses alunos no contexto escolar, pois é a partir desta interação entre professor e aluno que a inclusão se fará efetiva. Deste modo, se faz necessário o trabalho de toda a equipe escolar e familiar, para que o ensino e aprendizagem, a socialização, e o desenvolvimento dos alunos inclusivos se transformem a cada dia mais e sejam mais aceitos.

Portanto, fica evidente a importância da inclusão de crianças com necessidades especiais no âmbito da educação infantil, de forma que se inclua na sociedade desde mais tenra idade, para que haja interação e agregação a todos do meio social em que está inserido, seja no meio familiar ou escolar. Assim, a educação inclusiva vem demonstrando a necessidade do incluir, que dentro do contexto se obrigue a repensar sobre as diferenças, pois cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. M. ET AL. Educação Inclusiva: reflexões acerca das contribuições e desafios no processo educativo. **Revista Expressão Católica**, v7, n1, p. 44-49, jan./jun., 2018.

ALMEIDA, F. A. A inclusão de crianças com autismo na rede regular de ensino: intervenções pedagógicas. **Revista Presença**, Rio de Janeiro, v.2, n.8, p.37-54, maio/jul., 2017.

ALMEIDA, M. D. R. A. **A inclusão no contexto da educação infantil**: uma revisão integrativa. 2018. Orientadora: Deborah Dornellas Ramos. Trabalho de conclusão de curso- Licenciatura em Biologia, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2018.

ALVES, F. F. P. A inclusão das crianças com deficiência na educação infantil: processo em construção. **Educação Revista Quadrimestral**. Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 270-279, maio/ago., 2018.

ALVES, M. D. F.; FILHO, A. D. P.; LEITE, T. Breve discussão sobre a história da inclusão no Brasil à luz da complexidade. **Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, Monográfico 4, p.71-82, 2019.

AMÉRICO, B. L.; CARNIEL, F.; TAKAHASHI, A. R. W. Gestão pública da Educação Especial e formalismo nas Políticas Públicas Inclusivas: o caso do Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.22, n.83, p.379-410, abr./jun., 2014.

ANJOS, C. I.; SILVA, S.; SILVA, C. N. O. Políticas, formação docente e Práticas Pedagógicas: reflexões acerca de uma Educação Infantil Inclusiva. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.14, n. esp.1, p.641-655, abr., 2019.

ARAÚJO, P. C. M. A. Considerações sobre a formação docente na perspectiva da inclusão escolar. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v.13, n.3, set./dez., 2017.

BATISTA, L. S.; KUMADA, K. M. O. Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. **Revista Brasileira de Iniciação científica**, Itapetininga, v.8, p.1-17, jul., 2021.

BARCELONA SUPERFICÍES DE BORRACHA. **O que é educação especial e qual diferença para educação inclusiva?**, Colombo, 2017. Disponível em: <http://barcelonasuperficies.com.br/blog/educação-especial/>. Acesso em: 24 set, 2021.

BEZERRA, G. F. A Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v.26, n.4, p.673-688, out./dez., 2020.

BEZERRA, G. F. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: por uma (auto)crítica propositiva. **Roteiro**, Joaçaba, v. 46, p.1-26, 2021. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/24342>. Acesso em: 5 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, 1996. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 nov, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca**: Sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Espanha, 1994. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial**: Equitativa, Inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Brasília, 2020. Disponível em: <C:/Users/TEMPLE%20FIT/Downloads/PNEE%202020.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BREITENBACH, F. V.; HONNEL, C.; COSTAS, F. A. T. Educação Inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.24, n.90, p.359-379, abr./jun., 2016.

BRITO, J. S.; TEIXEIRA, V. R. L. Educação Inclusiva e o papel do professor. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v.14, n.52, p.718-728, out., 2020.

BRUNO, M. M. G. A construção da escola inclusiva: um a análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da Educação Infantil. **Revista @mbiente Educação**, São Paulo, v.1, n.2, p.56-67, ago./dez., 2018.

BRUNO, M. M. G.; NOZU, W. C. S. Política de inclusão na Educação Infantil: avanços, limites e desafios. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 1, p. 686-701, abr., 2019.

CASTRO, P. A.; ALVES, C. O. S. Formação docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira**, Rio de Janeiro, v.7, n.16, p.3-25, dez., 2018.

DIVERSA. **Metodologia**, São Paulo, 2021. Disponível em: <http://diversa.org.br/institucional/metodologia/#topo>. Acesso em: 12 out, 2021.

FERREIRA, P. N.; PORTO, K. S. Práticas Pedagógicas desenvolvidas com alunos com deficiência: um estudo de caso em uma escola do campo de Feira de Santana-BA. **Revista Brasileira do Campo**, Tocantinópolis, v.5, e.7913, p.1-26, 2020.

FRANCO, R. M. S.; GOMES, C. Educação Inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. **Revista Psicopedagogia**, Minas Gerais, v. 37, n.113, p.194-207, 2020.

INCLUTOPIA. **Educação Inclusiva: O que é?**, Brasil, 2020. Disponível em: <http://inclutofia.com.br/I/educação-inclusiva-o-que-e-afinal/>. Acesso em: 06 set, 2021.

JESUS, D. M.; VIEIRA, A. B. Políticas e práticas inclusivas no ensino fundamental: das implicações nacionais às locais. **Educar em Revista**, Curitiba, n.41, p.95-108, jul./set., 2011.

LOCATELLI, M. **Inclusão na Educação Infantil**: Percepção dos profissionais da educação. 2019. Orientadora: Carla Beatris Valentini. Trabalho de conclusão de curso- Licenciatura em Pedagogia, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019.

LUNETAS. **Educação inclusiva: aprender junto é melhor para todo mundo**. Brasil, 2020. Disponível em: <http://lunetas.com.br/educação-inclusiva-criancas-com-deficiencia/>. Acesso em: 18 out, 2021.

NEVES, L. R.; RAHME, M. M.; FERREIRA, C. M. R. J. Política de Educação Especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.44, n.1, p.1-21, 2019.

MAEKAWA, E. M. H. K.; SANTANA, M. L. S. A Educação Inclusiva na Educação Infantil. **Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva**, Espírito Santo, v.3, n.3, 2020.

MARQUES, M. F.; MARCOTTI, P. Educação Inclusiva: formação e prática docente. **Revista de Pós-graduação multidisciplinar**, São Paulo, v.1, n.1, p.77-86, mar./jun., 2017.

MENDES, M. T. S; GALVANI, M. D. O ensino colaborativo como facilitador da educação inclusiva na educação infantil. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**. , v4, n.1, p. 45-60, 2017.

MENEZES, E. T. de. V. Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca>. Acesso em 19 ago. 2021.

NASCIMENTO, R. P.; CRISTOVÃO, N. L. L. Prática de ensino e formação de professores para educação básica em uma perspectiva inclusiva. **Educação e tecnologias inovação em cenários em transição**, 2018.

NETO, A. O. S. ET. AL. Educação Inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v.31, n.60, p.81-92, jan./mar., 2018

NOZI, S. G.; VITALIANO, C. R. Saberes de professores propícios à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais: condições para sua construção. **Revista Educação Especial**, Londrina, v30, n.59, p.589-602, set./dez., 2017.

OLIVEIRA, J. B. G. A perspectiva da inclusão escolar da pessoa com deficiência no Brasil: um estudo sobre as Políticas Públicas. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v.06, p.147-159, jan./jun., 2011.

PACHA, R. B.; FERRUGINE, B. N. As práticas pedagógicas inclusivas no IFES: A deficiência intelectual em foco. **Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva**, Espírito Santo, v.3, n.3, 2020.

PEREIRA, D. S. S.; PIMENTEL, S. C. Práticas pedagógicas inclusivas: um direito de aprender. **XXC EPEN, Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste**. Bahia, 2020.

PUPO, L. D. O.; BEZERRA, G. F. Inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais: a educação infantil em foco. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v.19, n.53, abr./jun., 2018.

ROSA, V. S. **Os desafios na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola de ensino regular**. 2020. Trabalho de conclusão de curso- faculdade de Pedagogia, Instituto Federal Goiano, Ipameri, 2020.

SANTOS, C. S.; ALMEIDA, Y. S. Inclusão na Educação Infantil: desafios e possibilidades através das práticas pedagógicas. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Bahia, v.21, n.3, p.1423-1432, set./dez., 2017.

SANTOS, J. G. M. S.; GOMES, S. A. O. Relato de caso sobre um menino com síndrome de Rett e práticas pedagógicas inclusivas. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v.13, n.30, p.154-170, maio/ago., 2021.

SANTOS, Q. S. B. D. **Os desafios docentes na inclusão de aluno com necessidades especiais em uma escola municipal de Governador Mangabeira-BA**. 2019. Monografia (Graduação em Pedagogia)- Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira, 2019.

SALTO, M. P.; CARNEIRO, R. U. C. A concepção docente em uma experiência de Educação Infantil Inclusiva: um estudo de caso. **Revista Ibero- Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.14, n. esp.1, p.855-868, abril., 2019

SILVA, A. F. D. **Diálogos formativos para práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SILVA, C. R. B.; KLUMPP. A importância da relação família-escola na educação inclusiva de aluno com deficiência. **Brasilian Journal health review**, Curitiba, v.3, n.3, p.4611-4629, maio./jun, 2020.

SILVA, F. C. D.; COSTA, L. C. D.. **Ludicidade: um caminho para a inclusão dentro da educação infantil**. Anais IV CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/72504>. Acesso em: 17 jun., 2021.

SOUZA, F. F.; PLETSCHE, M. D. A relação entre as diretrizes do Sistema das Nações Unidas (ONU) e as políticas de Educação Inclusiva no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.25, n.97, p.831-853, maio., 2017.

UECKER, T.; FIORIN, B. P. A.; PAVÃO, S. M. O. Educação especial: contextos e políticas voltadas à inclusão. In: FIORIN, B. P. A.; PAVÃO, S. M.O. **Educação Superior: desafios para a não compartimentação dos saberes**. Facos- UFSM, Santa Maria, 2017.

ZIESMANN, C. I.; THOMAS, I. F. Processos formativos dos professores inclusivos: práticas pedagógicas dos docentes na educação básica. **Revista Triângulo**, Uberaba, v.13, n.3, p.97-110, set./dez., 2020.